

# As Políticas Públicas de Saúde no Brasil e o Governo Aberto

Carolina Orrico Santos<sup>1</sup>, Fernanda Maria Melo Alves<sup>2</sup>

<sup>1</sup> ORCID -<https://orcid.org/0000-0003-4827-0811>. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, Brasil. [carolorrigo@hotmail.com](mailto:carolorrigo@hotmail.com)

<sup>2</sup> ORCID -<https://orcid.org/0000-0002-8396-4053>. Professora Convidada do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, Brasil. [fmelo2@hotmail.com](mailto:fmelo2@hotmail.com).

**Tipo de trabalho:** Comunicação

**Palavras-chave:** Políticas Públicas de Saúde. Sistema de Informação em Saúde. Governo Aberto.

## Resumo:

O presente trabalho estuda as políticas públicas de saúde (PPS) no Brasil, com o objetivo de verificar se os dados da administração pública sobre saúde do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) atendem a uma política de governo aberto com respeito à transparência e ao acesso à informação, conforme as diretrizes da Lei de Acesso à Informação (LAI) e da Política de Governo Eletrônico (e-Gov), pois é de sua responsabilidade coletar, processar e disseminar as informações sobre saúde no Brasil. A LAI e o e-Gov constituem pilares de ações articuladas entre os atores responsáveis pelos sistemas de informação público e privado. Efetuou-se uma pesquisa documental, descritiva, exploratória e com análise qualitativa. Incluíram-se dados publicados do site do DATASUS, verificando-se seus períodos de alimentação dos sistemas, e os relativos ao período de 2015 a 2018, quanto aos sistemas de informação em saúde (SIS) relativos a: cadastros nacionais, epidemiológicos, ambulatoriais, regulação, sociais, financeiros, gestão, hospitalares, estruturantes, eventos vitais e sistêmicos. Verificaram-se também os dados dos sistemas ramificados dos SIS referidos, cuja coleta foi realizada por dois pesquisadores no período de fevereiro de 2018 a dezembro de 2018. Os resultados evidenciam a existência de uma PPS no Brasil, com diversos desdobramentos, e sua influência no recebimento de recursos financeiros e no índice de desenvolvimento humano. Tal percepção é possível ao serem observadas as categorias de divisão dos SIS e seus dados. Contudo, nem todos os SIS são mantidos com os dados atualizados e a tempo de serem úteis para a formulação de uma PPS. Diante disso, infere-se desconformidade entre o preenchimento e a manutenção dos dados nos SIS e a formulação de uma política pública de saúde, que distância o governo brasileiro das metas de um governo aberto. Portanto, quanto maior a participação popular no controle social, maior será a sinalização de que o governo brasileiro está implementando uma gestão transparente de combate à corrupção e de desenvolvimento social, econômico e político, capaz de concretizar as metas do governo aberto e efetivar os direitos consagrados na Constituição Federal de 1988. O presente trabalho pertence à primeira fase de uma pesquisa sobre os fluxos e as competências informacionais dos atores envolvidos no processo de formulação de uma PPS do Conselho Estadual de Saúde do Estado da Bahia (CES/BA). Na seguinte fase da investigação aplicam-se um questionário e uma entrevista aos membros do CES/BA, além da observação direta nas reuniões da mesma instituição para analisar os fluxos e as redes informacionais entre esses atores, que participam do processo de formulação de PPS, e para mapear a circulação da informação durante essa fase. Portanto, pretende-se que o estudo, como um

todo, contribua para melhorar a comunicação institucional entre os cidadãos e o Estado da Bahia e a formulação democrática de uma PPS.